

## **XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã**

**Tema central:**

**Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes  
colaborativas no contexto da pandemia**

**22 a 24 de junho de 2021, online**

**Iniciativa e Realização**

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,  
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**  
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design– **FAAC**  
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

---

### **GRUPOS DE TRABALHO TEMPLATE PARA O TEXTO COMPLETO**

---

#### **As disputas de valores e a comunicação indígena como expressão de outros cotidianos<sup>1</sup>**

Emanuela Neves do Amaral<sup>2</sup>. Universidade Federal Fluminense  
Adilson Cabral<sup>3</sup>. Universidade Federal Fluminense

**Resumo:** A partir do estudo sobre o conceito de senso comum e as expressões dos valores no cotidiano, o artigo propõe uma reflexão sobre a existência de outros cotidianos não hegemônicos, buscando com isso, compreender as possibilidades de disputas dos valores sociais expressos a partir da comunicação. O artigo apresenta então, o cotidiano das populações indígenas e a prática comunicacional dessas populações como instrumento para a expressão dos valores desses povos.

**Palavras-chave:** comunicação indígena; mídia e cotidiano ; senso comum; comunicação cidadã; bem-viver

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na XV Conferência Brasileira de Mídia Cidadã - **Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes colaborativas no contexto da pandemia**, de 22 a 24 de junho de 2021.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Mídia e Cotidiano, Niterói – Rio de Janeiro, emanuamaral@hotmail.com.

<sup>3</sup> Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo - UESP, com pós-doutorado em Comunicação pela Universidade Carlos III de Madrid. Professor do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

## **Introdução**

O senso comum é a expressão dos valores que estão na sociedade, principalmente os hegemônicos. Mas é preciso entender de forma mais ampla a ideia de senso comum, em que caiba a complexidade desse termo, dando conta inclusive das disputas que acontecem deste no cotidiano. Essas disputas são brechas para que haja mudanças nos valores sociais, e grande parte dessas mudanças passam pelo acionamento de valores preservados, que podem ser acionados a partir de dado momento histórico. E aqui queremos apresentar a comunicação como parte da expressão desses valores preservados, que muitas das vezes são hegemônicos, sendo assim, uma ferramenta central para as disputas do senso comum.

Para isso, apresentaremos primeiramente neste artigo a relação entre ciência e senso comum ao longo do tempo, e também a perspectiva das proximidades entre o pensamento científico e o senso comum.

Em seguida, traremos, a partir de Heller, a ideia dos valores sociais e as possibilidades de disputas da História. Aqui daremos foco a como essas possibilidades de disputas podem se dar, apresentando o conceito dos “preservadores”, aqueles sujeitos que preservam valores que são minoritários na sociedade. Esses, são sujeitos que a partir da sua vivência cotidiana expressam valores que podem ser engajados para mudanças sociais, tornando-se valores hegemônicos.

A partir desse conceito, vamos apresentar as populações indígenas como exemplo de sujeitos que preservam valores em seus cotidianos, que hoje são minoritários. Através de uma breve apresentação sobre a cosmologia indígena, baseada na relação do cotidiano desses povos com o meio ambiente, vamos introduzir ao leitor as práticas cotidianas e os valores comuns a diversas nações indígenas. Aqui é importante pontuar que há muitas diferenças entre etnias, nomeadas pelos brancos como indígenas, porém vamos partir do que se têm em comum aos valores dessas populações tradicionais.

Por fim, vamos apontar como a comunicação é instrumento central para expressar valores e o cotidiano dos povos indígena, apontando algumas das características específicas da comunicação indígena, como a interculturalidade, horizontalidade e a ideia de que a comunicação feita pelos indígenas aponta para uma prática que rompe com o modelo ocidental de se fazer comunicação.

### **1. Afinal, o que é senso comum?**

O conceito de “senso comum” é parte de uma construção histórica e política, constituída pela ciência. A ciência, neste contexto, é expressão ideológica da sociedade burguesa. Não foram

“as pessoas do senso comum” que criaram o termo, pois essas não tinham nenhuma necessidade para isso, mas sim, a própria ciência.

Em um primeiro momento, o termo tinha uma valoração positiva, pois a prioridade para a burguesia, era combater os conhecimentos da nobreza. Porém, logo que a sociedade burguesa se estabeleceu, aparece a necessidade de combater outros tipos de ideologias, que começaram a nascer, como o socialismo. Nisso surge o desejo, em impor o conhecimento da ciência burguesa acima de outros saberes (VIANA, 2008. p.13). A partir daí, se estabelece o termo senso comum para descrever o saber popular (do povo), considerando-o menor que o saber científico, que é propriedade de uma elite intelectual. O senso comum é então, por essa narrativa, um saber inferior, carregado de preconceitos e inadequações.

Assim, a oposição entre ciência e senso comum serve, em primeiro lugar, tal como já colocamos, legitimar o saber científico, dotá-lo de “status” de superioridade sobre o saber popular. O saber verdadeiro é o produzido pelas camadas intelectuais em nossa sociedade. Ao legitimar o saber científico, se deslegitima o saber popular. (VIANA.2008. p.13)

Há nesse histórico uma breve reconciliação entre ciência e senso comum, quando se estabelece uma hegemonia cultural burguesa na sociedade. Porém, a ideia equivocada de senso comum permanece. O pensamento científico, que criou o conceito, ainda vê os conhecimentos populares, de uma forma “monolítica”, “seja como algo que deve ser descartado por ser falso, seja como algo presente na realidade social e por isso verdadeiro.” (VIANNA, 2008. p. 20). Mas sempre o vê como algo dissociado da ciência, e como um saber a parte dela.

Assim, os usos do termo senso comum sempre remetem à problemática positivista e estão inseridos no conjunto de suas teses que lhe proporcionam um caráter monolítico. O conteúdo que se busca expressar por este termo é muito mais rico do que os limites que ele impõe e por isso é preciso partir de um novo conceito que consiga dar conta dessa riqueza. (VIANA, 2008. p.23)

A partir dessa visão crítica ao olhar da ciência sobre o senso comum, fica o desafio de se pensar outros conceitos que dão conta de uma visão mais ampla do senso comum. A partir daí, precisamos entender como funciona. A alegoria que Rubem Alves apresenta nos dá algumas pistas sobre esse funcionamento:

Ela é uma dona-de-casa. Pega o dinheiro e vai à feira. Não se formou em coisa alguma. Quando tem de preencher formulários, diante da informação “profissão” ela coloca “prendas domésticas” ou “do lar”. Uma pessoa comum como milhares de outras. Vamos pensar em como ela funciona, lá na feira, de barraca em barraca. Seu senso comum trabalha com problemas econômicos: como adequar os recursos de que dispõe, em dinheiro, às necessidades de sua família, em comida. E para isto ela tem de processar uma série de informações. Os alimentos oferecidos são

classificados em indispensáveis, desejáveis e supérfluos. Os preços são comparados. A estação dos produtos é verificada: produtos fora de estação são mais caros. Seu senso econômico, por sua vez, está acoplado a outras ciências. Ciências humanas, por exemplo. Ela sabe que alimentos não são apenas alimentos. Sem nunca haver lido Veblen ou Lévi-Strauss, ela sabe do valor simbólico dos alimentos. Uma refeição é uma dádiva da dona-de-casa, um presente. Com a refeição ela diz algo. Oferecer chouriço para um marido de religião adventista, ou feijoada para uma sogra que tem úlceras, é romper claramente com uma política de coexistência pacífica. A escolha de alimentos, assim, não é regulada apenas por fatores econômicos, mas por fatores simbólicos, sociais e políticos. Além disso, a economia e a política devem fazer lugar para o estético: o gostoso, o cheiroso, o bonito. E para o dietético. Assim, ela ajunta o bom para comprar, com o bom para dar, com o bom para ver, cheirar e comer, com o bom para viver. É senso comum? É. A dona-de-casa não trabalha com aqueles instrumentos que a ciência definiu como científicos. É comportamento ingênuo, simplista, pouco inteligente? De forma alguma. Sem o saber, ela se comporta como uma pianista, em oposição ao especialista em trinados. (ALVES, 1981. p.10).

Na alegoria, o autor aciona a figura de uma mulher que trabalha com os cuidados de sua casa, que vai ao mercado fazer compras. Para fazer essa tarefa, ela aciona diversos conhecimentos que detém. Todos são parte de conhecimentos do senso comum. A “dona de casa”, com essa tarefa, estabelece um problema (como o aumento do valor dos alimentos), cria métodos de classificação e de resolução do problema baseado em conhecimentos de economia doméstica.

Na mesma obra, Alves apresenta outros exemplos de tarefas do cotidiano de pessoas comuns que acionam conhecimentos e métodos para serem resolvidas. O autor defende com isso, que os conhecimentos de senso comum utilizam pressupostos similares ao conhecimento científico, como estabelecimento de um problema, método de resolução, observação, etc. Portanto, ele propõe uma aproximação entre senso comum e ciência.

O senso comum e a ciência são expressões da mesma necessidade básica, a necessidade de compreender o mundo, a fim de viver melhor e sobreviver. E para aqueles que teriam a tendência de achar que o senso comum é inferior à ciência, eu só gostaria de lembrar que, por dezenas de milhares de anos, os homens sobreviveram sem coisa alguma que se assemelhasse à nossa ciência. (ALVES, 1981. p.16)

Com isso, podemos caminhar para a construção de uma definição que dê conta de uma visão mais abrangente do que é o senso comum. Podemos dizer que o conceito é um aglutinador de conhecimentos, que tem bases similares ao conhecimento científico, e que se forjam no cotidiano das pessoas comuns. Sendo assim, o senso comum faz parte do cotidiano social e por isso não pode ser encarado como agregador de conceitos lineares e imutáveis.

## 2. Senso comum, valores e outros cotidianos

A partir de Heller, podemos relacionar a ideia de senso comum com o conceito de valor. Segundo a autora, os valores são conceitos sociais que se expressam em “esferas heterogêneas” da sociedade, ou seja, em determinados grupos sociais. Uma esfera pode acionar determinado valor, enquanto outra aciona outro valor distinto, sendo que esses valores podem se chocar. Para Heller inclusive é isso o que acontece, e este choque de valores é o que produz a História: “A história, é a história de colisão de valores das esferas heterogêneas. Mas a colisão entre esferas heterogêneas é apenas uma das contínuas colisões de valores que ocorrem na história.” (HELLER, 1992 . p.8).

Nessa gama de valores sociais, há valores hegemônicos, que são acionados por uma grande quantidade de sujeitos em seus cotidianos, mas também há aqueles valores que parecem terem sido extintos, mas que ainda são acionados por um número pequeno de sujeitos, que Heller vai chamar de preservadores. Mesmo que a partir de uma percepção superficial tenha-se que valores não hegemônicos tenham sido extinguidos, estes ainda permanecem existindo, pois para a autora, quando um valor é conquistado socialmente ele não se perde de modo absoluto.

(...) veremos que o desenvolvimento do valor não é de nenhum modo algo contínuo. Uma vez atingido um certo estágio numa ou noutra esfera, pode ocorrer - dependendo da estrutura social em seu conjunto - que na época seguinte tal estágio seja perdido, para iniciar-se um processo de deformação, de perda de importância ou de essencialidade. (...) Quando o valor constituído numa determinada esfera ou num determinado sentido perde a altura ou o estágio alcançado, passa a existir apenas como possibilidade, mas não é inteiramente aniquilado. Podem variar as formas de sua subsistências; pode acontecer que desapareça uma forma de vida existente em inteiras comunidades ( por exemplo, democracia ateniense), mas grupos reduzidos ou mesmos indivíduos (como os estóicos e epicurianos, no caso do exemplo) preservarão a maioria dos valores daquela forma de vida, inclusive através de longos períodos estéreis da história ou mesmo em épocas de predomínio de outros valores. (HELLER, 1992. p.10)

Essa leitura teórica de Heller aponta para a existência de outros cotidianos não hegemônicos, que carregam valores específicos desses cotidianos. Com a perspectiva do choque de valores que constroem a História, também aponta para que mudanças dos valores hegemônicos dos cotidianos sejam possíveis, pois esses valores que parecem extintos, podem ser acionados.

Para José de Souza Martins, é exatamente no processo repetitivo dos valores do senso comum no cotidiano social, que se estabelece a possibilidade de ruptura:

(...) é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida para recriá-lo. Mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à História. (MARTINS,2013.p 57).

Portanto, é no cotidiano que se muda a História. E no choque de valores, que torna-se possível o acionamento de velhos valores ou até mesmo de novos valores. E para ele, são os sujeitos que vivem as contradições dos valores hegemônicos, e que os reproduzem, que são capazes de romper com os valores vigentes.

Heller disse que só quem tem necessidades radicais pode querer fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada. (...) é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida para recriá-lo. Mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à História. (MARTINS, 2013. p.57)

### **3. A expressão de outros cotidianos**

Um bom exemplo de sujeitos que expressam valores que não são hegemônicos, são os povos indígenas. A relação de harmonia com a natureza, a prática de saberes tradicionais, suas religiosidades e muitos outros valores são fortalecidos na existência desses povos. Portanto, podemos reconhecer, segundo o conceito de Heller, estes sujeitos como preservadores.

É interessante também perceber que essas populações constroem seus valores a partir dos seus conhecimentos cotidianos, em uma profunda relação com o meio ambiente que vivem. A natureza onde os indígenas vivem seu cotidiano tem papel central em praticamente todas as ações desses povos e na construção do que chamamos de cosmologia dessas populações.

Segundo Luciano (2006) cada povo indígena é composto de uma sociedade única, se organizando através de uma cosmologia particular própria que rege toda a vida religiosa, econômica, social, assim sendo, essa cosmologia se dá de forma regrada sendo expressa através de mitos e ritos dessas populações. Ainda segundo esse autor, é através da cosmologia que se desenvolve o cotidiano dos índios, através de conhecimentos tradicionais do mundo natural e do sobrenatural, os índios se orientam para sua vida social, casamentos, fazem uso de extratos vegetais e animais na cura de enfermidades, possuindo influência direta em muitos outros hábitos do cotidiano. Segundo Murgel (1930), os índios são profundos conhecedores da fauna e da flora de onde habitam, possuindo o conhecimento sobre ervas medicinais, eles desenvolveram uma ciência própria, por meio desses conhecimentos, o preparo das ervas que são a base desta ciência criada por eles, é levado muito a sério, seguindo um calendário anual bem rígido. (LUCIANO apud CAMPOS, 2016. p.5)

A sobrevivência e o modelo de produção é o aspecto central em relação ao cotidiano indígena e a natureza. A relação de subsistência da terra, e a produção através da observação dos fenômenos naturais, trás como resultado a relação de todas as demais práticas sociais com esses

fenômenos. É importante ressaltar que as populações indígenas não são homogêneas, havendo diferenças importantes entre cada etnia e nação, essas possuem em comum formas organização social, que ocupam e usufruem territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Essas populações utilizam conhecimentos, inovações e práticas que são geradas e transmitidas pela tradição.

Exemplos dessa relação da observação dos fenômenos que configuram a construção cosmológica, são as Plêiades e as fases lunares (CAMPOS, 2016). As Plêiades, que são um conjunto de estrelas, são base para construção de calendários de várias das etnias que vivem no Brasil. A aparição dessas estrelas indica não só o início do período de chuvas, mas também o início de um novo ciclo e um novo ano, sendo um período de várias festas e rituais tradicionais. (LEVI-STRAUSS apud CAMPOS, 2016). A Lua também é referência para a construção de calendários de várias etnias, e é central para o cotidiano de caça e pesca dessas etnias. (AFONSO apud CAMPOS, 2016).

A religiosidade e as crenças também estão ligadas a esses fenômenos naturais e explicam grande parte da sacralidade que a terra têm para os indígenas. Pois, a terra além de ser dar para esses povos o meio de subsistência também se relaciona com as construções de mitos e dos fenômenos religiosos. As montanhas, o mar, a lua, os rios, são interpretados de formas diversas por essas etnias. Muitas corporificam seus antepassados nessas expressões naturais, outras acreditam que seus espíritos guias estão nesses fenômenos. Portanto, a natureza é parte do sagrado para o cotidiano desses povos, tanto por ser parte da existência e subsistência desses, mas também por expressar suas crenças espirituais.

A forma de vida do índio se dá em total integração com o seu meio ambiente e com a natureza ao seu redor. Da forma menos prejudicial possível, os indígenas reconhecem a natureza como uma aliada, que, lhes fornece todo o necessário à suas vidas, agindo como fonte de alimento e proteção; Em retribuição e agradecimento à esta fornecedora natural de todas as necessidades indígenas, eles transformam alguns elementos naturais, como as águas, as terras, e as florestas, em Divindades, fazendo com que o respeito e a proteção dos mesmos, nunca sejam esquecidos, já que, todos aqueles que vivem neste meio natural, sentem-se parte integral do mesmo. (MURGEL apud CAMPOS, 2016. p.10)

Por fim, como já mencionamos, quando falamos da expressão de valores do cotidiano indígena e sua relação profunda com a natureza, estamos também falando sobre uma expressão de valores que não são hegemônicos. Estes valores ainda prevalecem porque esses povos os preservam. E como apontamos anteriormente, valores que não são fortes o suficiente para serem valores de maioria, podem ainda, dentro das disputas da História, serem acionados para mudar a

própria História. Nos parece que há, nos cotidianos indígenas, e nos valores expressos por esses, algo que poderia ser acionada para a resolução de problemas profundos da sociedade contemporânea. A relação harmônica com a natureza, poderia por exemplo, apontar para a solução da crise climática global que hoje vive nosso planeta.

Portanto, é central entender melhor esses cotidianos, e entendê-los não como culturas folclóricas, mas como possibilidades de expressões de valores necessários para mudar a História.

#### **4. Comunicação indígena como expressão de cotidianos marginalizados**

A comunicação é um instrumento central para construção de valores e manutenção de senso comum, além de expressar práticas culturais. Grande parte dos valores hegemônicos são fortalecidos, e até mesmo criados, pelo cinema, televisão, livros, jornais, etc.

A comunicação indígena também expressa valores e o cotidiano dos indígenas, só que estes não são hegemônicos e são hoje invisibilizados. A comunicação indígena expressa cotidianos e existências que são marginalizadas e vítimas de violências epistemológicas. Ela, com isso, também fortalece discursos que contrapõe às visões estereotipadas sobre os povos indígenas e suas vivências. Renata Tupinambá, comunicadora indígena, em entrevista para o Instituto Socioambiental, defende que a comunicação indígena existe exatamente nisso, um processo midiático que dá visibilidade a essas populações a partir da fala e visão dos indígenas:

A gente rompe um processo de silêncio quando busca dar vozes a nós mesmos. Cada um de nós fala por si. E, de certa forma, isso também reflete na nossa etnia, no nosso pensamento, na nossa cultura. Então a gente vem trabalhando na etnomídia porque a comunicação indígena precisa ser trabalhada dentro de uma perspectiva que dá força à sua identidade. (TUPINAMBÁ, 2018).

É importante ressaltar que a comunicação indígena, assim como o cotidiano desses povos, aponta para uma outra prática comunicacional, que apresenta outras expressões possíveis para se fazer comunicação. As práticas comunicativas indígenas introduzem sistemas de significação alternativos aos estabelecidos pela comunicação hegemônica e colonial. Essa prática evidencia a possibilidade de pensar outros mundos possíveis, e com isso, outras práticas possíveis.

Comunicação-outra, desde o ponto de vista da emergência indígena, refere a produção de sistemas de pensamento que expõe formas de relação entre sujeitos e entre sujeitos e entorno, ambas baseadas na valorização do humano e da natureza sobre o mercado e o progresso. Além disso, são formas de comunicar que buscam modificar - desde os espaços de enunciação locais - os modos em que a alteridade vem sendo representada desde a colonialidade. Entendemos que não se está aludindo só a discursos oposicionistas ao sistema de meios hegemônicos, mas para inovadoras formas de representar a realidade desde a validação da alteridade



(MALDONADO RIVERA; REYES VELÁSQUEZ; DEL VALLE ROJAS, 2015.  
Traduzido pela autora).<sup>4</sup>

Podemos levantar algumas das características da comunicação indígena, a partir do ponto de vista de que esta é uma prática que apresenta outras possibilidades de práticas comunicacionais.

Primeiro, a prática comunicacional feita pelos povos indígenas só tem sentido a partir de uma prática coletiva que coloca a comunicação a serviço da luta desses povos. A partir da visibilidade da luta pela terra, autodeterminação, dignidade e integridade. A comunicação então, tem por objetivo a visibilidade dessas populações.

(...) a comunicação deixa de representar um mero vínculo de transmissão de informação de um emissor a um receptor para transformar-se em o meio de produção e reprodução das culturas indígenas. É agora entendida como o vetor de uma oralidade que se encontra no centro da transmissão intergeracional e comunitária dos saberes ancestrais, conhecimentos práticos e idiomas próprios. O mito da neutralidade periodística alimentado pelas crenças da comunicação convencional se desfaz. O jornalismo indígena inscreve-se com nitidez em um sentido favorável a luta empreendida pelos povos e nacionalidades contra as sucessivas formas históricas de opressão (colonialismo, neocolonialismo, capitalismo, imperialismo, neoliberalismo) que tratarão de aniquilar suas culturas e diferenças (Sousa Santos, 2001). Este tipo de jornalismo, chamado indígena, não representa uma versão folclórica do jornalismo convencional, se não uma verdadeira mudança paradigmática para o que fazer da comunicação (MERINO, 2012. Traduzido pela autora)<sup>5</sup>.

Por isso, a comunicação indígena é incompatível com a existência de objetivos comerciais, pois essencialmente sua origem responde a motivações de caráter social e cultural. Também, essa característica coloca a comunicação indígena fora de um suposto ideal convencional de neutralidade e imparcialidade.

---

<sup>4</sup> Comunicación-otra, desde el punto de vista de la emergencia indígena, refiere a la producción de sistemas de pensamiento que exponen formas de relación entre sujetos y entre sujetos y entorno, ambas basadas en la valorización de lo humano y la naturaleza por sobre el mercado y el progreso. Además, son formas de comunicar que buscan modificar –desde los espacios de enunciación locales– los modos en que la alteridad ha sido representada desde la colonialidad. Entendamos que no se está aludiendo sólo a discursos oposicionales al sistema de medios hegemónicos, sino a innovadoras formas de representar la realidad desde la validación de la alteridad. (MALDONADO RIVERA, REYES VELÁSQUEZ, DEL VALLE ROJAS, 2015)

<sup>5</sup> (...) la comunicación deja de representar un mero vínculo de transmisión de la información de un emisor a un receptor para transformarse en el medio de producción y reproducción de las culturas indígenas. Es ahora entendida como el vector de una oralidad que se encuentra en el centro de la transmisión inter-generacional y comunitaria de los saberes ancestrales, conocimientos prácticos e idiomas propios. El mito de la neutralidad periodística alimentado por las creencias de la comunicación convencional se desvanece. El periodismo indígena se inscribe con nitidez en un sentido favorable a la lucha emprendida por los pueblos y nacionalidades contra las sucesivas formas históricas de opresión (colonialismo, neocolonialismo, capitalismo, imperialismo, neoliberalismo) que trataron de aniquilar sus culturas y diferencias (Sousa Santos, 2001). Este tipo de periodismo, llamado indígena, no representa una versión folklórica del periodismo convencional, sino un verdadero cambio paradigmático para el quehacer de la comunicación. (MERINO, 2012)

Essa prática comunicacional se sustenta a partir do marco cultural específico de cada nação indígena. Trazendo na prática comunicacional marcas da cosmovisão, identidade, valores, idiomas e fé das diversas etnias indígenas (MALDONADO RIVERA, REYES VELÁSQUEZ, DEL VALLE ROJAS, 2015). Os elementos culturais são colocados no centro da comunicação desses povos.

Com isso, a comunicação indígena representa empiricamente o que chamamos de mídia intercultural. Há um esforço no intercâmbio, preservação e valorização das diferentes culturas. Suas práticas estão embasadas no reconhecimento da plurinacionalidade dos povos. Sua prática confronta a ideia etnocentrista de conceber a comunicação, criando uma diversidade de conteúdos, tipos de meios e paradigmas culturais (MERINO, 2012).

Podemos também apresentar, como característica da comunicação indígena, o uso da oralidade como principal ferramenta de comunicação (CUMBRE CONTINENTAL DE COMUNICACIÓN DE ABYA YALA, 2016. p.8). Com isso, se faz uso de diferentes linguagens para constituir essa comunicação: como a ritualística, sonora (música), dança, etc.

A comunicação indígena se opõe a visão estreita da comunicação como processo de passagem vertical de informação do emissor para o receptor. A partir de diversas cosmovisões, essa prática percebe a comunicação como prática horizontal, integral e ampla. Todos estão conectados entre si, e a partir daí, se comunicando entre si. Portanto, há a valorização das diversas formas de se comunicar, a partir de uma visão de que a produção da comunicação ocorre a partir da emissão e recepção conjuntamente ligadas. Tanto quem emite, quanto quem recebe mensagens, fazem parte igualmente da produção da comunicação.

Para os indígenas, a comunicação pode existir não só entre pessoas, mas também entre pessoas e a natureza. A comunicação também pode ser feita com os ancestrais e seus espíritos guias (CUMBRE CONTINENTAL DE COMUNICACIÓN DE ABYA YALA, 2016. p.8). Faz parte do processo de comunicação não só o intercâmbio de ideias, mas também o intercâmbio de sentimentos e sensações. “Para os povos indígenas a comunicação é integral, pois parte de uma cosmovisão no qual todos os elementos da vida e da natureza se encontram permanentemente relacionados entre si” (MALDONADO RIVERA, REYES VELÁSQUEZ, DEL VALLE ROJAS, 2015. Traduzido pela autora).

## **Conclusão**

Em momentos em que o sentimento de conformismo com os problemas do mundo se enraíza na sociedade, retomar reflexões que pensam o cotidiano como o espaço central para as

possibilidades de mudança é importante. Essa retomada ajuda a enxergarmos cotidianos de resistência, como o cotidiano indígena. Cotidiano que expressa uma relação harmoniosa do ser humano com a natureza, e que dá valor para coisas que há tempos foram desvalorizadas com o advento da modernidade.

Esses cotidianos podem passar de cotidianos somente de resistência, para cotidianos de reexistência, que apontem para resoluções dos problemas que a modernidade trouxe para nosso planeta e humanidade.

(...) de certa forma, a gente está unido, e está nesse mundo junto. Então a gente tem que buscar formas de viver bem. Formas de bem viver. Formas de caminhar juntos para algo melhor, porque já não se separa mais o branco do negro, o indígena do branco, as diferentes etnias. A gente sabe o que vem por aí. Nossos avós sempre falaram para gente: "o futuro", né? Então a gente está se preparando para isso. E a gente sabe que a natureza não é uma coisa que se controla. Não se pode parar a chuva, não se pode parar as tempestades. E por não controlar isso e a gente sabe. Nós, povos da floresta, nós, povos indígenas, nosso conhecimento, nosso saber é todo voltado para a terra, para a natureza. Nós temos muito a contribuir com todos, com aquilo que a gente aprendeu. E eu acho que é isso que a gente busca cada vez que a gente fala, cada vez que a gente mostra nosso rosto. União mesmo, porque vivemos, todos, processos muito difíceis no mundo. Seria mentira para vocês dizer que não vivemos uma guerra aqui no Brasil. Ainda vivemos uma guerra em que todos os dias pessoas estão morrendo. Pessoas indígenas, pessoas não indígenas. E no mundo também. Muita coisa está acontecendo. E essas transformações, se a gente não tem consciência de que estamos juntos, todos nessa mesma canoa que se chama humanidade, que vocês chamam de Terra, mas que nós temos outros nomes, de acordo com a nossa cultura, acho que vai ser muito difícil para todos nós. Mas eu acredito muito na raiz da qual todos nós viemos. Essa raiz que faz a gente cantar, mesmo quando parece que está morto e extinto no chão. (TUPINAMBÁ, 2018).

E é fato que nessa disputa a comunicação pode ser instrumento central para a valorização e visibilidade desse cotidiano, transformando-o como cotidiano possível. A comunicação que é uma das mantenedoras de senso comuns e valores na sociedade em geral, para as populações indígenas funciona também como aquela que dá visibilidade e expressa os valores dessas populações. A comunicação indígena por conta de suas características expressas aqui, dá conta de dar visibilidade e preservar o modo de vida e a cosmovisão desses povos.

Por isso dar condições desses povos produzirem sua comunicação é central para a preservação desses modos de existir no mundo, mas também de dar voz a valores hoje tão esquecidos e que podem dar respostas para crise geral que o mundo vive.

## Referências bibliográficas

CAMPOS, Dhiego Castro. **A Cosmologia indígena brasileira – Uma troca enriquecedora para o homem tropical**. 2016. Artigo (Graduado em Ciências Humanas) – Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

CUMBRE CONTINENTAL DE COMUNICACIÓN DE ABYA YALA, III. **Principios y Retos de la Comunicación Indígena para la Descolonización e Interculturalidad para Vivir Bien**. Bolívia: 2016.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 6ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MALDONADO RIVERA; REYES VELÁSQUEZ; DEL VALLE ROJAS. **Emergencia indígena, Comunicación-otra y Buen Vivir**. *Pensar la socio-praxis comunicativa de los pueblos indígenas*. Chasqui. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, Quito. nº 128, pp. 165- 182, 2015.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. In: MARTINS, A **sociabilidade do homem simples**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.51 – 59.

MERINO, Gema Tabares. **Periodismo indígena, una propuesta desde las cumbres de comunicación de Abya Yala**. Chasqui. *Revista Latinoamericana de comunicación*. Quito: nº120, pp. 23-27.

TUPINAMBÁ, Renata. **Eu quero ligar a TV e ter ali um conteúdo produzido por indígenas..** Instituto Socioambiental, 2018. Disponível em: <<https://bityli.com/a5Th7>> Acesso em: 21 de maio de 2021.

VIANA, Nildo. A ideia de senso comum. In: VIANA, **Senso comum, representações sociais e representações cotidianas**. Baúru: Edusc, 2008. p. 8 – 23.